

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

**REF: PA- Acompanhamento de Políticas Públicas - MPMG P.A. 0470.20.000287-6**

**RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07 /2020**

**OBJETO:** Considerando a atual situação de pandemia mundial e as recomendações acerca das medidas de contenção de casos do novo CORONAVÍRUS (COVID-19), mister a efetiva atuação da Companhia Energética da comarca de Paracatu/Minas Gerais (CEMIG), a fim de providenciar medidas hábeis a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica à população paracatuense.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, pela Promotora de Justiça que esta subscreve, vem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial aquelas constantes do artigo 129, II, da Constituição da República Federativa do Brasil; do artigo 27, IV, da Lei Federal nº 8625/93; art. 67, VI da Lei Complementar estadual nº 34/94, apresentar as considerações que se seguem para, ao final, expedir recomendação.

**CONSIDERANDO** a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

**CONSIDERANDO** a conveniência institucional de estimular a atuação resolutiva e proativa dos membros do Ministério Público para promoção da justiça;

**CONSIDERANDO** que *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

*sua promoção, proteção e recuperação*”, nos termos do art. 196, da Constituição Federal de 1988;

**CONSIDERANDO** a promoção da defesa do consumidor, como um direito fundamental da pessoa humana (CF, art. 5º, XXXII), bem como princípio da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, cuja finalidade é garantir a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (CF, art. 170, V);

**CONSIDERANDO** o Código do Consumidor, como conjunto de normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social (CF, ADCT, art. 48; Lei nº 8.078/1990, art. 1º);

**CONSIDERANDO** o atendimento das necessidades dos consumidores, como objetivo geral da Política Nacional das Relações de Consumo (CDC, art. 4º);

**CONSIDERANDO** que “*são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado*”, consoante prescreve o art. 197, da Constituição Federal de 1988;

**CONSIDERANDO** a proteção da dignidade, **da saúde** e segurança e dos interesses econômicos dos consumidores, como objetivos específicos da Política Nacional das Relações de Consumo (CDC, art. 4º);

**CONSIDERANDO** os princípios da Política Nacional de Relações de Consumo (CDC, art. 4º, I) e a necessidade da harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e a compatibilização da proteção do consumidor com a imposição de desenvolvimento econômico e tecnológico, como diretriz da Política Nacional de Relações de Consumo, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (CF, art. 170), sempre com base na **boa-fé** e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores, e também a necessidade de atendimento das demandas dos consumidores de produtos e serviços (CDC, art. 39, II e IX);

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

**CONSIDERANDO**, inclusive, a necessidade de garantir a dignidade da pessoa humana, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º, III);

**CONSIDERANDO** a imperiosidade de as pessoas físicas e jurídicas agirem na busca de uma sociedade, livre, justa e solidária, como um dos objetivos da República Federativa do Brasil (CF, art. 3º, I);

**CONSIDERANDO** a crucial necessidade de garantir o acesso à energia elétrica, a qual permite o acesso a uma alimentação saudável, bem como em relação a efetivação das recomendações e/ou determinações de isolamento social, a fim de prevenir a doença causada pelo novo Coronavírus (2019-nCov), que se transformou em pandemia mundial, e assola cada vez mais a população paracatuense;

**CONSIDERANDO** a restrição crescente do direito de ir e vir das pessoas, em Paracatu, em Minas Gerais, no país e no mundo, o que já repercute economicamente na vida das empresas dos trabalhadores assalariados e, inclusive, autônomos, afetando a capacidade de as famílias pagarem as suas obrigações, e, em especial, as tarifas de fornecimento de energia elétrica;

**CONSIDERANDO** a possibilidade da interrupção do serviço de fornecimento de energia elétrica, havendo inadimplência do usuário, observado o devido processo legal, desde que “considerado o interesse da coletividade”, em razão do **princípio da continuidade do serviço público**, e por tratar, o **direito à energia elétrica, de um direito fundamental da pessoa humana**, conforme prevê a lei federal de concessões de serviços públicos (Lei nº 8.897/95, art. 6º, § 3º, II);

**CONSIDERANDO** que a adoção de hábitos de higiene básicos, e primordialmente, o isolamento social, no qual as pessoas não devem sair de suas residências (quarentena), inclusive, a recomendação de alimentação saudável às pessoas que estão no grupo de risco, **são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio**, o que necessita da energia elétrica;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

**CONSIDERANDO** a possibilidade de interrupção do serviço de abastecimento de água, havendo inadimplência do usuário, observado o devido processo legal, desde que obedecidos “prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas”, como ocorre nos casos de “estabelecimentos de saúde”, “instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas” e com o “usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social”, segundo dispõe a diretriz nacional prevista na lei federal de saneamento básico (Lei nº 11.445/07, art. 40, § 3º);

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o amplo funcionamento de todas as instituições envolvidas em processo de prevenção não contágio e tratamento de pacientes contaminados com o Coronavírus;

**CONSIDERANDO** que foi decidido nesta terça-feira (24), pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, serão suspensos os cortes no fornecimento de energia elétrica motivados por falta de pagamento dos consumidores. Essa estratégia adotada pela empresa terá a duração de 90 dias, podendo sofrer alterações conforme o andamento e as causas geradas pela crise na economia provocada pela pandemia do novo coronavírus.

**CONSIDERANDO** a necessidade de resguardar a saúde e segurança de todos os usuários do serviço de abastecimento de água, e não de apenas um grupo, categoria ou classe de pessoas apenas (interesse coletivo), pois a prevenção e combate à pandemia do novo Coronavírus (2019-nCov), representa, enquanto durar essa situação, **verdadeiro interesse público;**

Este órgão do Ministério Público **RECOMENDA** ao Diretor da Companhia Energética da comarca de Paracatu/Minas Gerais (CEMIG), as seguintes providências, a serem adotadas EM CARÁTER DE URGÊNCIA:

**D)** Elaborar plano de emergência e de contingência específico deste Município, visando a proteção aos usuários do serviço de fornecimento de energia elétrica, “cuja a interrupção coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população” nos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

termos do artigo 11 da Resolução Normativa 414/2010, da Agência Nacional de Energia elétrica- ANEEL visando o enfrentamento e contenção da pandemia do novo Coronavírus (2019-nCov), pois, garantir o acesso à energia elétrica é indispensável para as famílias ficarem em casa e adotarem as boas práticas de prevenção da doença, no prazo de 05 (cinco) dias (Resolução ARSAE-MG nº 40/2013, art. 5º);

**II)** Suspender, imediata e preventivamente, enquanto perdurar a situação de pandemia, as ordens de serviço de cortes no fornecimento de energia elétrica aos usuários, independentemente do motivo, objetivando a proteção da vida, saúde e segurança da população paracatuense, dos riscos de contágio da doença;

**III)** Informar a população, da forma mais efetiva possível, sobre as medidas adotadas, tendo como referência as normas do órgão regulador;

Ademais, informa que o objeto da presente recomendação foi sugerido ao Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Sr. Reynaldo Passanezi Filho, conforme REC 02/2020, oriunda da comarca de Belo Horizonte/MG.

Comunique-se o teor da presente recomendação, via e-mail, ao seu destinatário, assinando o prazo de 02 (dois) dias para a sua resposta, em função da urgência que o caso requer.

**EFICÁCIA DA RECOMENDAÇÃO:** A presente recomendação dá ciência ao destinatário quanto às providências legais elencadas na precedência e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, em desfavor dos responsáveis inertes em face da violação das normativas e regramentos acima referidos.

Ademais, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Federal n. 8.625/93, o órgão subscritor REQUISITA, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação desta Recomendação no meio de publicação destinado à divulgação dos atos oficiais do município de Paracatu.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

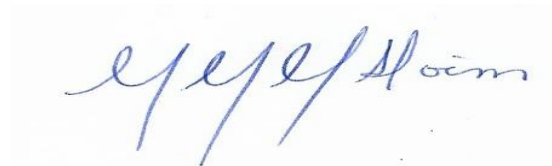
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

Considerando a decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV) responsável pelo surto de 2019, requisita resposta à destinatária desta **Recomendação** sobre as providências adotadas no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**.

Para fins de divulgação da presente Recomendação, determino a expedição de cópia aos meios de comunicação existentes, como emissoras de rádios, redações de jornais e similares.

Paracatu, 25 de março de 2020.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Constância Martins da Costa Alvim', is centered on a light blue rectangular background.

**Maria Constância Martins da Costa Alvim**  
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

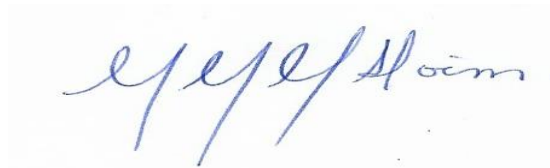
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

Determino:

- 1) Enviar imediatamente a **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07 /2020 da Segunda Promotoria de Justiça de Paracatu ao Município, PROCON-Paracatu e Secretarias Municipais;**
- 2) Comunique-se às demais Promotorias de Justiça de Paracatu, ao Comando da Polícia Militar- Paracatu, à Polícia Civil - Paracatu;
- 3) Comunique-se ao juiz diretor do foro e ao juiz responsável pela Vara da Infância, OAB-Paracatu;
- 4) **Comunicar à Direção da CEMIG da Comarca de Paracatu**, bem como aos meios de comunicação existentes, como emissoras de rádios, redações de jornais e similares, para fins de divulgação;
- 5) Fica autorizada toda comunicação e notificação por e-mail;
- 6) Considerando a urgência, nesses ofícios e comunicações fica dispensada a minha assinatura.

Paracatu, 25 de março de 2020.



Maria Constância Martins da Costa Alvim  
Promotora de Justiça